Memória e história da imprensa na Bahia: os pasquins sediciosos da Revolta de 1798[1]

Hérica Lene (UFRB)[2]

Resumo: Este artigo trata do movimento político que ficou conhecido como Revolta dos Búzios ou dos Alfaiates, que envolveu a elaboração de boletins ou pasquins manuscritos feitos pelos insurgentes e que amanheceram espalhados por Salvador, na Bahia, em 12 de agosto de 1798. Que papéis manuscritos foram esses e em que contribuíram para a deflagração da revolta? Que representação simbólica essas comunicações trouxeram para esse episódio? O objetivo é abordar esses pasquins/boletins, que são documentos históricos, materiais da memória e da história, com suas peculiaridades e conteúdo. Em busca dos rastros e vestígios daqueles que participaram do movimento de sedição de 1798 busca-se contribuir para a compreensão da ordem comunicacional manuscrita no país. Esta pesquisa faz parte do projeto "Jornais Manuscritos do Brasil - uma rede de textos", coordenado pela professora Marialva Barbosa (UFRJ).

Palavras-chave: História da imprensa; Pasquins sediciosos; Revolta dos Búzios; Revolta dos Alfaiates; Bahia.

Introdução

A cidade do Salvador[3] foi a primeira cidade fundada nas terras do Brasil. Antes de 1549 existiam vilas, das quais são exemplos as que foram criadas nas capitanias ao longo da costa. Os donatários fizeram somente o que lhes era permitido pelas cartas de doação e pelos forais: criar vilas. A capital do que muito mais tarde viria a se tornar o estado da Bahia data justamente de 1549 (TAVARES, 2008).

Ela deixou de ser a capital da colônia portuguesa em 1763, mas permaneceu sendo uma metrópole colonial, o que significa dizer que a cidade continuou a crescer e, ao final do século XVIII, contava com aproximadamente 50 mil habitantes, a maioria composta por negros e mestiços[4].

Tinha uma superpopulação relativa para a época, com grande contingente de população branca pobre, portuguesa, excedente da metrópole europeia, como pela

[1] Trabalho apresentado no GP História do Jornalismo, XVI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.
[2] Doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ (2009), mestre em Comunicação pela UFF (2004), jornalista graduada pela UFES (1997) e professora do curso de Comunicação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E-mails: hericalene@pesquisador.cnpq.br e hericalene@yahoo.com.br.
[3] Desde os seus primórdios, a Cidade é do Salvador, como a batizou o rei D. João III, "a cidade de Jesus Cristo, o Salvador". As variações do batismo da primeira capital do Brasil eram: cidade de Salvador, ou de São Salvador, ou Salvador da Bahia, ou Bahia de Todos os Santos, ou simplesmente Bahia como é chamada pelo povo (DOREA, 2006, p.263-264).
[4] De acordo com o censo eclesiástico de 1780 (administração do governador marquês de Valença), a população nessa época foi estimada em 45,6 mil habitantes (TAVARES, 2008, p.125).

população brasileira, extremamente diversificada pela cor e pela condição civil, como também pelo grande contingente de africanos trazidos pelo intenso tráfico de escravos.

A crise da economia agroexportadora centralizada na agroindústria açucareira, e de uma cidade superpovoada e explosiva, já era percebida na Bahia, na última década do século XVIII.

E Salvador cumpria o seu destino de ser uma das lixeiras dos impérios. Aventureiros, excluídos de todas naturezas vindos do Reino, aqui buscavam fazer o seu "Brasil", ou seja, mudar de condição social, fazendo valer apenas a brancura da pele e a condição de reinol, portanto, superiores ao conjunto dos nascidos na Bahia, mesmo os mais ricos.

Na disputa por cargos públicos, os brancos portugueses levavam vantagem por serem europeus. Mesmo os mais pobres se valiam da condição de reinóis (nascidos em Portugal) para reivindicar os cargos mais lucrativos e importantes, principalmente no serviço público, comércio, oficialato militar e funções eclesiásticas.

Para a maior parte da população de Salvador, os descendentes de africanos (fossem livres, libertos ou escravos), a cidade era a própria prisão. Locais onde eles eram constantemente menosprezados, ocupando os piores postos de trabalho, estavam o "povo mecânico" – trabalhadores manuais empregados nos mais variados e menos prestigiosos ofícios e artes, nas ocupações urbanas menos qualificadas, uma espécie de classe trabalhadora (JANCSÓ, 1975, *apud* ARAÚJO, 2004, p.256) – e os escravos.

Grande parte dos "mecânicos" era progressivamente incorporada à força militar, a ponto de tornar-se nela majoritária e de transformá-la no principal foco de rebelião durante toda a primeira metade do século XIX. Ser recrutado para o serviço militar significava, para o homem livre, uma prisão perpétua. O ato de recrutamento era muitas vezes usado como instrumento de vingança pessoal nas guerras entre famílias no interior da capitania (SOUSA, 1945, *apud* ARAÚJO, 2004, p.256).

Foi justamente no interior da instituição encarregada de impor cotidianamente a ordem da escravidão e da colônia que se desenvolveram as condições de contestação organizada contra a monarquia absolutista portuguesa na Bahia. Em uma sociedade urbana tão marcada pela diversidade de atividades econômicas, pela segregação espacial, racial e social dos seus habitantes, a força armada (1º Linha, Milícias e Ordenanças) constituiu o único espaço institucional em que os indivíduos pertencentes às camadas sociais subalternas puderam estabelecer uma relação estável, ainda que pautadas na hierarquia e

na disciplina militar, onde até os oficiais oriundos das camadas mais ricas, compostas pelos brancos da terra, também estavam descontentes com a supremacia portuguesa. Não é difícil compreender que todos os movimentos populares e republicanos, da chamada Revolta dos Búzios ou dos Alfaiates de 1798 à sabinada de 1837, tenham como epicentro a corporação militar (ARAÚJO, 2004, p.257).

Os livres ou libertos exerciam, na prática, as mesmas funções dos cativos, mas procuravam diferenciar-se deles. Havia para eles duas possibilidades de sair da condição em que se encontravam: deixar a cidade ou conquistá-la, como fizeram os haitianos no Caribe.

A estrutura governamental portuguesa apenas ratificava a estratificação social na cidade de Salvador e, por privilegiar sempre os habitantes europeus da colônia, acabava por acirrar as disputas entre os demais grupos populacionais contra os reinóis. Esse era mais um motivo para os colonos naturais da Bahia pensarem que o Estado português não representava seus interesses, sendo essa a justificativa para as revoltas que ocorreram no final do século XVIII (PINHO, 2011).

Este artigo trata justamente do movimento político que ficou conhecido como Revolta dos Búzios ou dos Alfaiates e ainda Conjuração Baiana e Inconfidência Baiana, que envolveu a elaboração de boletins ou pasquins[5] manuscritos feitos pelos insurgentes e que amanheceram espalhados por Salvador em 12 de agosto de 1798.

Dez dos 11 boletins encontram-se ainda hoje no Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Histórica, Maço 581 (um deles foi queimado antes de chegar às mãos do então governador Dom Fernando José de Portugal e Castro). Os manuscritos foram digitalizados e podem ser visualizados também em uma exposição virtual "Heróis negros do Brasil, Bahia, 1798, A Revolta dos Búzios", acompanhados por transcrição de seus conteúdos.[6]

Que papéis manuscritos foram esses e em que contribuíram para a deflagração da revolta? Que representação simbólica essas comunicações trouxeram para esse episódio? O objetivo é abordar esses pasquins/boletins, que são documentos históricos, com suas

[5] Pasquim é um escrito satírico, manuscrito ou impresso, distribuído ou afixado em local público, que pode refletir ideias vanguardistas, ousadias de pensamento a ponto de endossar e incentivar mudanças sociais, políticas ou econômicas. Foi utilizado nas inconfidências setecentistas – a mineira, de 1789, e a baiana, de 1798 – e na independência, nas regências, no império, na abolição, na república, inspirado não só nos paladinos da Revolução Francesa, mas também nos pasquinheiros baianos como Jorge Marins, Belchior Ordonhes e Gregório de Matos (BAHIA, 2010).

[6] Projeto "Exposição Virtual do Arquivo Público da Bahia (APB)/Fundação Pedro Calmon (FPC)" disponível no site http://www.bvconsueloponde.ba.gov.br/arquivos/File/buzios/index.html#. Acesso em 3 de novembro de 2015.

peculiaridades e conteúdo. São materiais da memória e da história, vestígios de 218 anos atrás sobre um importante movimento político da história da Bahia e do Brasil.

O documento que, para a escola histórica positivista do fim do século XIX e do início do Século XX, será o fundamento do fato histórico, ainda que resulte da escolha, de uma decisão do historiador, parece apresentar-se por si mesmo como prova histórica (LE GOFF, 2003). Esses boletins sediciosos de 1798 afirmam-se essencialmente como testemunho escrito.

Esta pesquisa envolveu uma reflexão sobre o contexto comunicacional no final do século XVIII e suas interfaces, levando-se em conta os fatores históricos, políticos, econômicos e culturais dessa fase. O campo do contexto comunicacional implica sempre situar os processos comunicativos em perspectivas e conjunturas históricas, sociais e culturais (SANTAELLA, 2002, p. 100).

Tomamos como base os pressupostos metodológicos propostos na obra de Marialva Barbosa (2007, 2013), além de levantamento bibliográfico sobre o movimento e visitas ao Arquivo Público da Bahia para análise dos fac-símiles dos boletins sediciosos.

Ao abordar o conceito de História, Barbosa destaca que a operação historiográfica deve ser pensada como um processo, no qual estão envolvidos não apenas os grandes nomes, as grandes datas, os grandes feitos singulares, mas, sobretudo, os particularismos, as repetições, os vestígios, os restos que o passado legou ao presente. E, sobretudo, os anônimos.

É a partir de restos e vestígios que chegam do passado ao presente também que se pode recontar as histórias que envolvem prioritariamente as ações comunicacionais do passado. Muitas vezes, nessas ações, o objetivo último é prefigurar os sistemas de comunicação existentes em dado momento e lugar. Nesse instante, a história, que afinal é comunicação, se torna história da comunicação.

Ela destaca a questão da interpretação como o principal postulado da historiografia: não se trata de recuperar o que de fato ocorre (até porque o que de fato ocorre não pode jamais se recuperado), mas interpretar – a partir da subjetividade do pesquisador – as razões de uma determinada ação social.

Se considerarmos que a história é tudo aquilo que do passado chegou até o presente, serão os rastros, restos e vestígios que perduraram no tempo em diversos suportes que se constituirão nas fontes a serem interpretadas para explicitar gestos e ações pretéritas (BARBOSA, 2013).

Em busca dos rastros e vestígios daqueles que participaram do movimento de sedição de 1798 na Bahia, cujas ideias ficaram registradas nos pasquins sediciosos, esperamos contribuir para a compreensão da ordem comunicacional manuscrita no Brasil.[7] Assim, este artigo está dividido em duas partes a seguir. A primeira trata do evento de 1798 em si e de seus protagonistas. Já a segunda aborda especificamente os boletins ou pasquins manuscritos.

1. Negros e pobres contra a monarquia portuguesa

O movimento político pelo qual homens negros e pobres manifestaram o seu descontentamento contra a monarquia portuguesa e contra a sociedade escravista da Bahia, em 1798, foi um dos maiores eventos armados e de luta pelo fim da escravidão, pela independência da Bahia com relação a Portugal e pelos direitos do trabalhador. Ele tem chamado atenção de várias gerações de historiadores, gerando muitas leituras (ARAÚJO, 2004).

De visitação intensa, o tema recebeu interpretações e representações em que até mesmo a denominação do movimento é controversa: inconfidência, conjuração, revolta, revolução, sedição, movimento democrático (*ibid.*, p.253).

Ficou conhecido como Revolta dos Búzios, Revolta dos Alfaiates ou Revolta das Argolinhas[8]. Recebeu estes nomes devido ao fato dos revoltosos usarem um búzio preso à pulseira para facilitar a identificação entre si, por usarem uma argola na orelha com o mesmo fim e também porque alguns dos principais conspiradores eram alfaiates.

Também foi chamado de Conjuração Baiana e Inconfidência Baiana; e ainda de sedição de 1798, por ser um ato que desafiava a autoridade do rei de Portugal (TAVARES, 1975 e 2008).

Inspirada nas ideias da Revolução Francesa – ainda em curso na Europa –, que conseguiram chegar à Bahia por meio dos viajantes franceses que aportaram na capitania no período e nos escritos trazidos pelos estudantes de Coimbra, que foram traduzidos e disseminados pela cidade. Os desejos de igualdade, fraternidade e liberdade conseguiram unir os diversos setores da sociedade baiana, de brancos da terra e em especial os negros libertos, que sofriam mais diretamente o peso da opressão do governo português.

[7] Esta pesquisa fez parte do projeto coletivo "Jornais Manuscritos do Brasil - uma rede de textos", coordenado pela professora Marialva Barbosa (UFRJ), e que reúne pesquisadores de várias regiões do país.
[8] As revoltas são manifestações populares de insatisfação, em geral de caráter mais efêmero, um protesto contra os aumentos dos preços, por exemplo. São muitas vezes espontâneas e sem organização sistemática e, de modo diferente das revoluções, não chegam a alterar as estruturas sociais (SILVA & SILVA, 2015, p.365).

Eles queriam destruir as barreiras que impediam que tivessem poder de representação no Estado e ampliassem as possibilidades de ascensão social. Por isso mesmo o tipo de governo escolhido pelos revoltosos foi a república, na qual todos, independentemente da cor da pele ou do local do nascimento, eram iguais perante a Lei.

Esses ideais motivaram as ações de Luís Gonzaga das Virgens, Lucas Dantas do Amorim Torres, Manuel Faustino dos Santos Lira e João de Deus do Nascimento, os líderes do movimento. Liberdade e igualdade foram palavras muito repetidas nos boletins manuscritos que amanheceram espalhados por Salvador em 12 de agosto 1798, convocando a população para uma "revolução"[9] que implantaria a "República Bahinense" (VALIM, 2009).

É importante destacar que o movimento também reunia intelectuais, comerciantes, militares e proprietários de fazendas de cana e engenhos de açúcar que não estavam satisfeitos com a situação. Essas pessoas tinham facilidade em se informar sobre a Revolução Francesa e a liderança de Napoleão Bonaparte e assim levavam essas informações às reuniões contestatórias (TAVARES, 2011, p.6).

Também havia pessoas de localidades do interior envolvidas no movimento. Conforme registra Tavares (*ibid*.), dos municípios de Santo Amaro, Maragogipe, Cachoeira e São Francisco do Conde, Nazaré das Farinhas, Jaguaripe, Caetité e de outros pedaços do sertão e da Chapada Diamantina. Eles foram muito importantes tanto para esta ação quanto na independência da Bahia, em 1823.

O então governador D. Fernando José de Portugal e Castro encarregou ao desembargador Manoel Magalhães Pinto Avellar de Barbedo de dar início à devassa para descobrir os autores dos manuscritos. Enquanto Barbedo escutava os que tinham visto colados (todos declararam que não leram), dom Fernando examinava petições arquivadas na Secretaria-geral do Governo em busca de alguma cuja letra mostrasse semelhança com aqueles papéis.

Ele deteve-se em duas petições do pardo requerente de causas Domingos da Silva Lisboa, nascido em Portugal. Concluiu que havia identidade em algumas letras, mandou prendê-lo. Em sua casa encontraram um caderno com cópia do texto político *Orador dos*

[9] Palavra muito utilizada pela historiografia, definida como um processo de mudança das estruturas sociais. É um confronto de classes, que envolve rapidez com que as mudanças são processadas durante esse fenômeno e a violência com que são feitas. Nesse sentido, uma revolução é sempre traumática porque tira a sociedade de sua inércia, movimentando a estrutura social (SILVA & SILVA, 2015, p. 362-366).

Estados Gerais de 1789, de autoria do jornalista francês Jean Louis Carra[10]. Na mesma ocasião apreenderam uma cópia do poema "À Liberdade" e quatro cadernos contendo um longo trecho do livro de Constantin François Chasseboeuf, *Les ruines or Méditations sur les révolutions des empires*, ou *As ruínas*, como está nos autos dessa devassa[11]. Só por essa literatura proibida em Portugal e colônias, Domingos da Silva Lisboa já estaria complicado (TAVARES, 2008, p.180).

No dia 22 de agosto apareceram duas cartas com o estilo dos boletins no convento do Carmo, uma dirigida ao prior dos carmelitas descalços na Bahia e a outra ao governador. Elas serviram para mudar a linha das investigações. Então, Domingos da Silva Lisboa foi solto. Em novo cotejo das petições com os boletins, dom Fernando chegou ao soldado Luís Gonzaga das Virgens, conhecido do governador por ter desertado três vezes e ser um estranho rebelde, misto de fiel católico e revoltado com a discriminação de cor dominante no exército e na sociedade baiana. Então, ele foi preso. No porão em que residia de favor (era a cada de sua madrinha) apreenderam diversos papéis com anotações suas (*ibid.*).

A prisão do soldado motivou uma reunião na oficina do jovem ourives Luís Pires no mesmo dia em que ela ocorreu. Estiveram presentes o aprendiz de alfaiate Manuel Faustino dos Santos Lira, o soldado Lucas Dantas de Amorim Torres, o mestre alfaiate e dono de alfaiataria João de Deus do Nascimento, o cravador (ourives) Nicolau de Andrade e o comerciante de ouro José de Freitas Sacoto, pernambucano que se encontrava na cidade do Salvador esperando uma licença para exercer a profissão de cirurgião prático (TAVARES, 2008, p.180).

Lucas Dantas deu a notícia da prisão de Luís Gonzaga. Quando indagado do motivo, teria respondido: "Por que mais? Iremos todos presos, um por um, porque o Gonzaga está preso e há de confessar tudo" (*ibid*. p. 181).

Decidiram por uma reunião maior no Campo do Dique no Desterro, local de encontros amorosos e (supõe-se) reuniões secretas. Iriam levantar quantos eles somavam e, no caso de serem em número suficiente, fariam o levante e libertariam o soldado Gonzaga. Os convites começaram na manhã do dia 25 de agosto, o mesmo dia da reunião.

[10] Para mais esclarecimentos, Tavares (2008, p.180), indica o livro da historiadora Kátia Mattoso, *Presença francesa no movimento democrático baiano de 1798.*
[11] Autos da Devassa da Conspiração dos Alfaiates. Salvador: Arquivo Público do Estado da Bahia, 1998, 2 volumes.

Manuel Faustino convidou José Raimundo Barata de Almeida, irmão de Cipriano Barata[12], Luís de França Pires, Inácio Pires e Manuel José de Vera Cruz, escravos do senhor de engenhos e secretário perpétuo do Estado do Brasil, José Pires de Carvalho e Albuquerque, e José Félix da Costa, escravo de Francisco Vicente Viana, proprietário baiano que tinha acesso ao governador.

João de Deus do Nascimento convidou o soldado do 2º regimento e alfaiate Inácio da Silva Pimentel, o alfaiate José do Sacramento, que trabalhava na sua oficina, o ferreiro Joaquim José da Veiga, o cabeleireiro e capitão da milícia dos homens pardos Joaquim José de Santana, o escravo africano Vicente (é o único escravo africano que aparece na documentação de 1798) e o menino escravo e aprendiz de alfaiate João. Lucas Dantas convidou o soldado do 1º regimento, José Joaquim de Sirqueira, branco nascido em Portugal (TAVARES, 2008, p.181).

Três convidados denunciaram a reunião: o cabeleireiro Joaquim José de Santana, o ferreiro Joaquim José da Veiga e o soldado José Joaquim da Sirqueira. O governador entregou a diligência policial ao tenente-coronel Alexandre Teotônio de Sousa e determinou ao desembargador Francisco Sabino Álvares da Costa Pinto que realizasse devassa para descobrir os responsáveis pela sedição. Só compareceram 14 pessoas.

O ourives Luís Pires foi o único que restava armado com uma pistola. Quando viu o tenente-coronel Alexandre Teotônio, quis atirar, mas foi impedido pelo soldado José Joaquim de Sirqueira.

As prisões começaram na manhã de 26 de agosto e continuaram pelos meses seguintes de 1798 e começos de 1799. Ao todo, 41 presos, dos quais 33 chegaram ao final das devassas. Passaram-se dez meses.

As penas foram definidas no dia 5 de novembro de 1799 pelo Tribunal da Relação (todos os desembargadores assinaram). O advogado dos presos, José Barbosa de Oliveira, apresentou sucessivos e inúteis embargos, analisou as conclusões dos desembargadores e contestou que existissem "prova materiais" para sustentá-las. Mas o Tribunal recusou a defesa (TAVARES, 2008, p.182).

Os líderes pobres do movimento foram presos, interrogados, julgados e condenados. Foram acusados pelo crime de lesa-majestade de primeira cabeça, que significava alta traição à coroa portuguesa, e condenados à morte na forca e

[12] Natural de Salvador, Barata foi um médico e político que se destacou como um dos mais ativos combatentes em favor da Independência do Brasil. Foi ativista na Revolta dos Búzios e da República, em Pernambuco, em 1817, depois deputado constituinte, em 1823. Atuou como jornalista, criando nesse ano o jornal *Sentinela da Liberdade* na Guarita de Pernambuco. Defendia a Independência com mudanças radicais e era contra a escravatura (BAHIA, p.100-109).

esquartejamento. Os soldados Lucas Dantas e Luís Gonzaga das Virgens, o aprendiz de alfaiate Manuel Faustino e o mestre alfaiate João de Deus foram executados no dia 8 de novembro de 1799, e seus nomes e memória tornados "malditos" até a terceira geração (netos). Haveria um quinto condenado à pena máxima, o ourives Luís Pires, fugitivo nunca localizado (TAVARES, 2008; PINHO, 2011).

Luís, Lucas, João e Manuel foram apontados como os principais responsáveis por terem afixado em praça pública os manuscritos conclamando o povo para o movimento, denominado pelos portugueses de boletins sediciosos.

A execução se tornou um espetáculo e atraiu um público de curiosos. Na manhã do dia 8 de novembro de 1799, as tropas de linha ocuparam desde cedo a Praça da Liberdade na Praça da Liberdade, no centro de Salvador. Foi montado um patíbulo público construído especialmente para a ocasião. O cortejo[13], uma procissão dos condenados, percorreu as ruas da Sé, desde o Terreiro de Jesus, até acima da ladeira do Tira Preguiça, chegando em frente à Piedade (VALIM, 2009, p.16).

O carmelita descalço José do Monte Carmelo, frei e prior do convento e Igreja de Santa Teresa, contou que os condenados foram ouvidos em confissão antes da execução. O primeiro a ser enforcado foi Luís Gonzaga, que fez um "ato de protestação", arrependendo-se de seus atos, especialmente por ter desrespeitado a Igreja (VALIM, 2009, p.16).

Ao final do enforcamento, seus corpos foram esquartejados e expostos em lugares públicos, pelas ruas de Salvador, para que servissem de exemplo e outros ficassem intimidados a realizarem novos movimentos contestatórios ao regime colonial.

Os quatro homens sentenciados à forca eram jovens negros e pardos, como a maioria dos revoltosos. Lucas Dantas, assim como Luís Gonzaga, era soldado e estava indignado por receber salários menores que os outros soldados, por ser filho de escrava. Lucas trabalhava com madeira e fazia cassetetes. Era vizinho de Manuel, um jovem de 18 anos, afilhado de uma senhora de engenho.

Como Lucas sofria preconceito procurava adeptos para lutar contra a escravidão. João de Deus era alfaiate. Ele e Luís Gonzaga eram filhos de escravos, mas libertos há

[13] Pelas 11 horas, iniciou-se a procissão, tendo à frente banda de cornetas e tambores, seguida das irmandades revestidas das suas opas e capas, de cruz alçada e com seus respectivos vigários. Logo após, os condenados a degredo caminhavam de mãos atadas às costas, precedidos do porteiro do Conselho, com as insígnias do cargo, seguido dos quatro réus condenados à pena capital, acompanhados de dois frades franciscanos, além de todos os escrivães, meirinhos e o porteiro do Tribunal da Relação da Bahia. Seguiam-nos empunhando a bandeira de Portugal o Senado da Câmara, os vereadores, os alcaides-mores e mirins, e o procurador do Conselho. Mais atrás, a irmandade da Misericórdia e o carrasco, ostentando as insígnias de seu ofício (VALIM, 2009, p.16).

muito tempo. Gonzaga já era alfabetizado e foi ele quem concentrou pessoas para pegarem em armas e paus e lutarem contra a condição que o país estava (TAVARES, 2011, p.6).

Após as execuções, a cabeça de Lucas Dantas ficou espetada em um poste no Campo do Dique do Desterro. Os outros pedaços foram expostos no caminho do Largo de São Francisco, onde Lucas Dantas residia. Em frente ao mesmo loca, foi colocada a cabeça de Manuel Faustino, por ele ser frequentador assíduo daquela residência e por não ter endereço fixo. A de João de Deus, na rua Direita do Palácio (atual rua Chile), e suas pernas, braços e o tronco foram espalhados pelas ruas do Comércio, local de grande movimento da cidade baixa.

A cabeça e as mãos de Luís Gonzaga ficaram pregadas na forca por ele ter sido considerado pelas autoridades régias o responsável pelos pasquins. Esses despojos permaneceram à vista dos moradores da cidade, como exemplo, durante cinco dias, e foram retirados por interferência da Santa Casa de Misericórdia, que os sepultou em local desconhecido (TAVARES, 2008, p.182; VALIM, 2009, p.17).

Além dos executados naquele espetáculo público, sete homens foram condenados a ser jogados na costa ocidental da África, fora dos domínios de Portugal. Era outra forma de condenação à morte. José de Freitas Sacota e Romão Pinheiro, deixados em Acará, domínio da Holanda; Manuel de Santana, em Aquito, domínio da Dinamarca; Inácio da Silva Pimentel, em Castelo da Mina, domínio da Holanda; Luís de França Pires, em Cabo Corso; José Félix da Costa, em Fortaleza do Moura; e José do Sacramento, em Comenda, domínio da Inglaterra.

Cada um deles recebeu 500 chibatadas no pelourinho, que estava, naquele tempo, no Terreiro de Jesus. Depois foram levados para assistirem ao suplício dos quatro que foram enforcados e esquartejados.

Pedro Leão de Aquilar Pantoja foi degredado por dez anos no presídio de Benguela. O escravo Cosme Damião Pereira Bastos, a cinco anos em Angola. Os escravos Inácio Pires e Manuel José de Vera Cruz foram condenados a 500 açoites e seus senhores ficaram obrigados a vendê-los para fora da capitania da Bahia.

José Raimundo Barata de Almeida foi degredado para a ilha de Fernando de Noronha. “Para espiarem as leves imputações que contra eles resultavão dos Autos”, como escreveu o governador dom Fernando José de Portugal para Lisboa. Os tenentes Hermógenes Francisco de Aquilar Pantoja e José Gomes de Oliveira Borges permaneceram na cadeia, condenados a “huma prisão temporária de seis meses”. Preso no

dia 19 de setembro de 1798, Cipriano José Barata de Almeida foi solto em janeiro de 1800.

Até aqui, fatos históricos documentados. Mas eles não esgotam a história da sedição de 1798, conforme registra Tavares (2008, p.183). A fase conspiratória, da qual existem indicativos sem comprovação, leva à dedução de que houve conversas, reuniões secretas na periferia da cidade, tradução, cópia e circulação de trechos de livros, documentos franceses proibidos e do poema "À Liberdade", destinados a formar uma consciência ou uma posição contra a condição de colônia da capitania da Bahia (lê-se em um dos boletins de 12 de agosto: "seja exterminada para sempre o péssimo jugo reinável da Europa"), de crítica, se não de negação da Igreja de Roma; de simpatia pela França e de preferência pelo regime republicano (*ibid*.).

A aplicação das penas aos envolvidos da Conjuração Baiana de 1798 foi um dos últimos espetáculos punitivos do absolutismo português no Brasil, e não corresponde apenas ao castigo corporal, mas também e, sobretudo, a um ritual organizado de maneira a reforçar o poder da monarquia portuguesa no país. O ritual do suplício expressa, portanto, a suntuosidade da soberania, a força do monarca em seu exercício de direito (FOUCAULT, 1987).

2. O conteúdo dos manuscritos e o papel da comunicação oral na Revolta

Na manhã do domingo 12 de agosto de 1798, a cidade de Salvador se deparou, ao acordar, com uma série de boletins manuscritos afixados em locais públicos. Dia de descanso, próprio para a troca de ideias, para a circulação de boatos, para a conversa das comadres, para o encontro dos compadres.

Na esquina da Praça do Palácio, nas paredes da cabana da preta Benedita, na Igreja de São Bento, entre outros locais de grande circulação, pontos centrais da cidade, os 11 boletins/pasquins manuscritos foram afixados convocando a população para uma revolução que instituiria uma república democrática no Brasil.

Mas o que, afinal, estava escrito nesses manuscritos de tão assustador? O conteúdo era incendiário para a época. Revolucionário. Defendiam a liberdade, a igualdade e se manifestavam contra a escravidão. E isso era demais para aquele Brasil colonial e escravagista.

Conclamavam a população a se rebelar contra o domínio de Portugal. A palavra e a opinião escrita não eram aceitas na colônia onde a imprensa era proibida pelo governo metropolitano.

Nessa época, o analfabetismo era altíssimo. Não havia escolas. O estudo e a leitura eram reservados a uma elite reduzida. Ler e escrever eram privilégios reservados a poucos. A leitura dos boletins sediciosos foi reduzida, mas eles tiveram uma repercussão imensa. Menos pela leitura direta e mais pelo boca a boca, pelo boato, pela palavra falada do próprio povo, suscitada pela leitura de uns poucos alfabetizados e que traduziam por assim dizer o conteúdo explosivo desses pasquins.

E também porque foram afixados em locais estratégicos da cidade. Esquina da Praça do Palácio, Rua de Baixo de São Bento, Portas do Carmo, Açougue da Praia, Igreja da Sé, Igreja do Passo e Igreja da Lapa.

A agitação subversiva não era novidade. Em inícios de 1797, "ludibriosos pasquins" foram afixados no "patíbulo público", queimados na calada da noite, sem que os responsáveis tivessem sido descobertos e punidos. Em julho daquele ano, outros manifestos haviam sido espalhados na cidade (MAESTRI, 2008).

Em 1798, os 11 boletins manuscritos traziam erros de grafia e redação confusa. O que seria o 11º foi queimado pelo coronel Francisco José de Mattos Ferreira e Lucena logo que o recebeu de seu filho, o capitão do Segundo Regimento, Antônio José de Mattos Ferreira e Lucena, testemunha que o viu ser arrancado da fachada de uma casa na porta do Carmo e podia repetir alguns de seus trechos (TAVARES, 1975 e 2008).

Os dez que estão apensos nos autos da devassa foram caracterizados como "papéis sediciosos" pelo desembargador Avelar de Barbedo. No "primeiro aviso", os revolucionários apresentam-se ao povo baiano como 676 seguidores do Partido da Liberdade; 34 oficiais de linha, 54 oficiais de milícias, 11 homens graduados em cargos e postos; 46 inferiores de linha; 34 inferiores de milícias, 13 graduados em lei, 20 do comum, 8 do comércio, 8 frades bentos, 14 franciscanos, três barbadinhos, 14 teresios, 8 familiares do santo ofício.

Nele, podia-se ler: "Animai-vos, povo bahinense, que está por chegar o tempo feliz da nossa liberdade, o tempo em que seremos todos irmãos, o tempo em que seremos todos iguais".

Falavam, portanto, de revolução, uma palavra nova introduzida na linguagem depois e por causa da Revolução Francesa. Falava-se ainda em povo e liberdade de tal

maneira que demonstravam desconhecer a densidade de significados políticos nelas contidos. As palavras correspondem a conceitos políticos centrais no discurso da Revolução Francesa que ainda estava em curso naquele momento.

Repetiam algumas das palavras que pertenciam ao vocabulário entregue ao mundo pela Revolução Francesa: povo, liberdade, igualdade, fraternidade, deputados, republicanos, Entes e Dietas.

Nesses manifestos os insurgentes discutiam sobre os principais temas de desacordo entre a metrópole e a colônia. Os textos falavam sobre a liberdade como o único estado em que os homens poderiam ser iguais; sobre como somente a abertura dos portos seria capaz de diminuir a crise econômica vivida pela capitania; tratavam ainda do descaso da coroa portuguesa em relação à população da Bahia e que só se preocupava em coletar os impostos; e pregavam que só sob o regime republicano as pessoas poderiam ser iguais perante a lei, incluindo os negros e pardos como cidadãos (PINHO, 2011).

Os escritos permitem apreciação da orientação política, social e sindical do movimento. Eles pregavam a igualdade, a república, a independência da Bahia, a liberdade de comércio e de produção, elogiavam a França revolucionária e exigiam o fim da discriminação social e racial. Ameaçavam os clérigos que combatessem as novas ideias e prometiam aumento de soldo aos soldados e oficiais de primeira linha.

Nos depoimentos de testemunhas que ouviram falar dos manifestos, sem os haverem lido, emerge comumente clara reelaboração do conteúdo dos escritos que sugere reivindicações das classes subalternas não presentes nos textos, como o tabelamento do preço da carne. Essa reconstrução dos conteúdos das mensagens dos manifestos era normal em uma sociedade em tensão na qual o principal veículo de socialização das informações era a comunicação oral (MAESTRI, 2008).

O terceiro boletim, por exemplo, falava ao “povo bahinense”: “A liberdade consiste no estado feliz, no estado livre do abatimento: a liberdade é a doçura da vida, o descanso do homem com igual paralelo de uns para outros, finalmente a liberdade é o repouso, e bem-aventurança do mundo”.

No entanto, o modo como foram usadas as palavras oriundas do discurso da Revolução Francesa demonstra que os revolucionários populares que as utilizaram não entendiam necessariamente muito bem o seu significado (ARAÚJO, 2004).

Expressaram com muito mais clareza a rejeição, a condenação e mesmo proferiram ameaças contra o poder absoluto da monarquia portuguesa na Bahia e seus legitimadores mais devotados, os padres. Como registrava o boletim 4:

> O Povo Bahinense, e Republicano ordena: manda e quer que seja feita nesta Cidade e seu termo para o futuro a sua memorável revolução; portanto manda que seja punido com morte natural para sempre todo aquele e qualquer sacerdote que no púlpito, confecionário, exorta por qualquer forma, modo, maneira de persuadir aos ignorantes e fanáticos com o com que for contrário a Liberdade e bem do Povo: manda o Povo que o sacerdote que concorrer para a dita revolução seja reputado concidadão como Condigno.

Os boletins definiram claramente a sua preferência pela república como forma de Estado capaz de assegurar a liberdade, que para os homens pobres da Bahia era um sonho de felicidade.

Eles repetem itens e frases referentes ao soldo dos militares, aos padres, ao comércio monopolizado, à situação política da Europa, à condição da capitania da Bahia, que "sofria latrocínios, furtos com os títulos de impostura, tributos e direitos que são elaborados por ordem da Rainha", às discriminações que os pardos sofriam por causa da cor da pele, as ideias de liberdade, república, democracia e igualdade sem diferenças de cor.

Os boletins divulgados anunciavam ainda o fim dos impostos e taxas cobrados pela Coroa de Portugal, o aumento do salário para os soldados, a abertura dos portos para o comércio com as nações amigas, especialmente a França.

Como qualquer propaganda revolucionária, a dos soldados e alfaiates também falavam de maravilhas. Por mais que se interprete cada palavra para identificar a importância das ideias francesas como alimentadoras da revolta contra um Estado absolutista, o bom senso do pragmatismo indica o esforço que homens iletrados fizeram para se apropriar de uma linguagem de comunicação que lhes permitisse dialogar com os brancos da terra descontentes, estes sim bem informados a respeito das ideias filosóficas, políticas e econômicas do iluminismo e do Liberalismo (ARAÚJO, 2004, p.262).

Tão importante quanto a ideologia revolucionária veiculada nos "papéis sediciosos", as propostas econômicas nele contidas revelam uma busca de alternativas para a crise urbana. Emerge, inicialmente, o desespero da condição de soldado. Em sete dos dez boletins, está formulada a reivindicação de 200 réis ou dois tostões de soldo, por dia, para cada soldado e a mais outras vantagens.

Mas não se tratava de uma simples reivindicação corporativa da tropa. Estão indicadas as propostas de política econômicas capazes de libertar ocupações do controle do Estado e abrir a economia colonial para o exterior, com a abertura dos portos para o comércio e para a ajuda externa (financeira) e para o interior, com a liberação e incentivo às atividades acessíveis aos pequenos da cidade (ARAÚJO, 2004, p.262).

Conforme o Boletim nº6, em seu "Aviso ao Povo":

> O Povo Bahinense Republicano para o futuro pretende, manda, e quer que seja feita para o futuro a sua revolução nesta Cidade e seu termo para o que faz que seja ciente o comércio desta Cidade, outrossim ordena que qualquer comissário, mercadores, mascates, lavradores de mandiocas, fabricantes de açúcar, e tabacos hão de ter todo o direito sobre as suas fazendas com auxílio do Povo, segundo o plano, e boa ordem que para este fim se tem pensado além do socorro de fora. Para o dito efeito se tomarão as medidas, tudo a bem do Povo, principalmente aumento do comércio e lavradores: os taverneiros também serão contemplados na boa união.

Com estes propósitos pretenderam estabelecer os termos de uma aliança possível com todos os descontentes urbanos para uma revolução econômica dentro dos parâmetros do liberalismo em voga (ARAÚJO, 2004, p.263).

O projeto revolucionário liberal propunha a igualdade das raças em uma cidade da escravidão e da discriminação racial, conforme mostra o teor do Boletim de nº10:

> O Povo Bahinense e Republicano ordena manda, e quer que para o futuro seja nesta Cidade e seu termo a sua muito memorável revolução, portanto invoca a todos aqueles que donde perante quem cada hão em particular assim militares, homens pardos e pretos são constantes ao bem comum da liberdade, igualdade (...) Cada soldado é cidadão mormente os homens pardos, e pretos que vivem escornados, e abandonados, todos serão iguais, não haverá diferença; só haverá liberdade, igualdade e fraternidade.

Observa-se, pois, a conclamação de uma revolução, em nome do princípio de dissolução da diferença de tratamento entre os homens.

Considerações finais

O movimento político de 1798 reuniu pessoas que sonhavam e lutavam pela instauração de uma república democrática e justa, e pelo fim da escravidão. Sem dúvida, foi um dos mais importantes movimentos libertários do país. Isto porque representou, ao mesmo tempo, os anseios populares de melhoria de vida e as lutas anticoloniais contra monopólios e privilégios portugueses que prejudicavam as classes médias locais e aumentavam o custo de vida.

Os homens que participaram, além de pensarem no próprio soldo, apresentaram ao povo da cidade do Salvador as primeiras propostas concretas de resolução de uma crise urbana crônica que, ao mesmo tempo, configuravam uma avançada política de descolonização e de democratização da Bahia.

Aqueles homens não fizeram nem revolução, nem levante, nem sedição, pois nenhuma arma foi usada. Formularam propostas e buscaram alianças para superar coletivamente a crise da cidade. Propagandearam as suas ideias. Fizeram política e, por isso, foram cruelmente reprimidos.

De fato, os alfaiates e os soldados foram enforcados e esquartejados porque representavam a ousadia de "homens de cor" em se meter no que não era de sua alçada: o governo da cidade.

Do ponto de vista da História da Comunicação brasileira, foram comunicadores os que registraram suas ideias e reivindicações nos manuscritos que foram pregados em locais públicos em busca de leitores, apesar do analfabetismo ser alto na época.

Podemos observar que os pasquins manuscritos compõem um tipo de jornalismo que existia no Brasil, nos séculos XVII e XVIII, que precede a tipografia e restabelece formas antigas de comunicação da notícia, da ideia e da crítica para exprimir insatisfação popular contra o domínio estrangeiro. Na Bahia e em São Paulo, a partir de 1587, autores de gazetins escritos e falados sofreram devassas dos jesuítas (BAHIA, 2009).

A forca foi o epílogo dos comunicadores de 1798 que na Bahia difundiram os ideais da Inconfidência dos Alfaiates, como Lucas Dantas, João de Deus e Manuel Faustino, companheiros de Luís Gonzaga das Virgens.

O jornalismo brasileiro anterior à letra de forma, sem tipografia, se expressa pelos novidadeiros de rua e de café, pela carta, pela sátira, pelo panfleto, pela gazeta manuscrita, pelo verbo oral e escrito. Bem ou mal, seus autores atingiam os objetivos: ora contra uma justiça bastarda e vendida, ora contra uma igreja conivente, ora contra o colonialismo tirânico. Era a única forma de ação persistente para expressar o conflito entre colonizados e colonizadores.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. **A política dos homens de cor no tempo da Independência**. Estudos Avançados, vol. 18, nº 50, São Paulo, janeiro/abril de 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142004000100022&script=sci_arttext. Acesso em 27 de outubro de 2015.

BAHIA, Juarez. **Dicionário de jornalismo Juarez Bahia: século XX**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, 416p.

_____. **Jornal, História e Técnica: História da Imprensa Brasileira.** Rio de Janeiro, Mauad X, 2009, 5 ed.

BARBOSA, Marialva. **História da comunicação no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, 389p.

_____. **História Cultural da Imprensa – Brasil – 1900-2000**. Rio de Janeiro: Maud X, 2007, 263p.

BOLETINS SEDICIOSOS DE 1798. Fac-símiles disponíveis no Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Histórica, Maço 581.

DOREA, Luiz Eduardo. **Histórias de Salvador nos nomes das suas ruas.** Salvador: Edufba, 2006, 450 p. Coleção Bahia de Todos os Santos.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir.** Petrópolis: Vozes, 1987, 22ª edição.

JOSÉ, Emiliano. **A Revolta dos Búzios.** Revista Carta Capital. Publicado 06/11/2009. Disponível em: http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-revolta-dos-buzios/ Acesso em 27 de outubro de 2015.

LE GOFF, Jacques. *Documento/monumento.* **In: História e memória.** São Paulo: Ed. da UNICAMP, 2003.

MAESTRI, Mário. **Os pasquins sediciosos de Salvador da Bahia.** 9 de janeiro de 2008. Disponível em: http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1298:maestri090108&catid=25:politica&Itemid=47. Acesso em 20 de outubro de 2015.

PINHO, Ana Luiza Araújo Caribé de Araújo. **In: Diálogos com a sociedade.** Informativo da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, nº 1, agosto de 2011, A Revolta dos Búzios.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da sedição intentada na Bahia de 1798** ("A conspiração dos Alfaiates"). São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. **História da Bahia.** São Paulo: Ed. Da Unesp; Salvador: Edufba, 2008, 11ª edição ver. e ampliada. 546 p.

_____. Entrevista. **IN: Diálogos com a sociedade.** Informativo da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, nº 1, agosto de 2011, A Revolta dos Búzios.

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação & pesquisa – projetos para mestrado e doutorado**. São Paulo: Hacker Editores, 2002, 216p.

SILVA, Kalina Vanderlei & SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Editora Contexto, 2015, 3ª ed. 439p.

VALIM, Patrícia. **Da contestação à conversão: a punição exemplar dos réus da Conjuração Baiana de 1798**. **IN:** Topoi, v. 10, n. 18, jan.-jun. 2009, p. 14-23. http://www.scielo.br/pdf/topoi/v10n18/2237-101X-topoi-10-18-00014.pdf. Acesso em 3 de novembro de 2015.